

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.730 - SC (2019/0187184-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : BORGWARNER PDS BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA
ADVOGADOS : SAMUEL GAERTNER EBERHARDT E OUTRO(S) - SC017421
MARCO ALEXANDRE SOARES SILVA - SC017420
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BORGWARNER PDS BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISCOMEX. PORTARIA MF Nº 257, DE 2011. REAJUSTE DE VALORES. EXCESSO. COMPENSAÇÃO.

1. É excessivo o reajuste aplicado aos valores da taxa de utilização do SISCOMEX pela Portaria MF nº 257, de 2011, cabendo a glosa de tal excesso.
2. Valores indevidamente recolhidos podem ser objeto de compensação, nos termos do respectivo ordenamento de regência" (fl. 341e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 372/374e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 3º, § 2º, da Lei 9.716/98 e 78 do CTN.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"12. Quanto ao mérito propriamente dito, o v. acórdão recorrido acatou em parte a majoração da taxa, mesmo tendo reconhecido o seguinte: 'confrontando-se os custos de operação e investimentos com os valores arrecadados, observa-se que, mesmo sem reajuste entre os anos de 1999 e 2011, o valor arrecadado com a taxa de utilização do SISCOMEX cobria, na média, tais custos'.

13. Com o devido respeito, na visão da contribuinte este entendimento afrontou o CTN, especificamente o art. 78, por conta do qual o valor cobrado a título de taxa deve ser consentâneo com as despesas por elas custeadas, o que obviamente não resta observado quando se autoriza a majoração do tributo ao passo em que o valor histórico era

Superior Tribunal de Justiça

suficiente para fazer frente à finalidade para a qual instituída.

14. Por outro lado, a afronta ao art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/1998, decorre do fato de a majoração por ele autorizada estar adstrita à 'variação dos custos de operação e dos investimentos no SISCOMEX'.

15. Embora não defina contornos mínimos na consecução desse mister (o que inclusive acarreta a inconstitucionalidade da regra, conforme demonstrado no recurso extraordinário concomitantemente interposto), de uma coisa não se tem dúvidas: por conta do referido dispositivo da Lei nº 9.716/1998, a eventual majoração da taxa depende de variação, aumento positivo das despesas frente às receitas correspondentes, o que, repita-se, não foi observado, ante a suficiência do valor originário.

16. Enfim, resta configurada afronta à legislação federal hábil a autorizar o trânsito do recurso especial com base na alínea 'a' do permissivo constitucional, salientando-se novamente que os argumentos de natureza constitucional pertinentes estão sendo abordados no recurso extraordinário concomitantemente interposto" (fl. 397e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão.

Requer-se, por fim, "seja recebido e regularmente processado o presente recurso especial, para anular, com base no art. 1.022, II, do CPC, o v. acórdão recorrido, ante o julgamento inadequado dos embargos de declaração opostos pela contribuinte, com o consequente retorno dos autos ao Tribunal *a quo*, para o adequado julgamento desse incidente, ou seja, com o saneamento de todas as questões invocadas oportunamente. Sucessivamente, caso assim não se entenda, então requer o recebimento e regular processamento deste recurso especial, por afronta ao art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/1998, e ao art. 78, do CTN, para que seja proferida nova decisão e o acórdão recorrido reformado parcialmente em seu mérito, para o fim de afastar por completo a majoração da taxa SISCOMEX levada a efeito através da Portaria MF nº 257/2011" (fl. 408e).

Contrarrazões às fls. 443/461e.

Recurso Especial admitido (fl. 483e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há como examinar-se a alegação de omissão do acórdão recorrido. Com efeito, a ora recorrente deixou de indicar, com clareza, na própria petição do seu Especial, no que consistiria, exatamente, essa suposta omissão, não sendo suficiente a mera afirmação genérica da necessidade de análise, pelo julgado, de determinados dispositivos legais. De aplicar, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

Superior Tribunal de Justiça

No mérito propriamente dito, orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que a discussão referente à majoração da taxa SISCOMEX, por meio de Portaria, refoge ao âmbito de cognição do Recurso Especial.

Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. TAXA SISCOMEX. MATÉRIA EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO NO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO NA CONDENAÇÃO.

I - Na origem trata-se de ação de restituição indébito em que se pretende a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que autorize a cobrança da Taxa SISCOMEX ou, subsidiariamente, o reconhecimento da ilegalidade do aumento de seu valor. Na sentença julgou-se parcialmente procedente o pedido para condenar a União a restituir ou permitir a compensação dos valores indevidamente cobrados, extinguindo, assim, esta fase do processo com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do CPC. No Tribunal a quo a sentença foi mantida.

II - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que o debate acerca da possibilidade de majoração da Taxa de Utilização do Siscomex por ato infralegal possui natureza constitucional, sendo inviável o conhecimento de recurso especial acerca do tema. Nesse sentido: AgInt no REsp 1634773/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 25/10/2018; AgInt no REsp 1541120/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/11/2018; REsp 1760507/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 04/02/2019.

III - Quanto à alegação de violação do art. 85, §4º do CPC/2015, as razões da parte recorrente estão dissociadas do contexto dos autos, porquanto houve condenação (fl. 14.035). Portanto, tratando-se de ação de restituição de indébito em que houve condenação, a base de cálculo deve corresponder ao valor da condenação nos termos do art. 85, §3º, I, do CPC/2015.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.804.644/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SISCOMEX. TAXA. REAJUSTE. PORTARIA MF 257/2011. MAJORAÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.** **TEMA** **CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STF.**

1. **Discute-se nos autos a legalidade da atualização dos valores da Taxa de Utilização do Siscomex por ato infralegal (Portaria MF 257/2011).**

2. A Fazenda Nacional defende que merecem ser afastadas as conclusões do Tribunal de origem de que não houve reajuste, mas sim majoração indevida da Taxa de Utilização do Siscomex. Afirma que a revisão do valor da exação teria ocorrido sob o amparo da lei e teve como justificativa o aumento real dos custos de manutenção, melhoria e expansão do sistema.

3. O STF firmou o entendimento de que o reajuste promovido pela Portaria MF 257/2011 é inconstitucional, pois o art. 3º, § 2º, da Lei 9.716/1998 violou a legalidade tributária ao, não prescrevendo nenhum teto, permitir que ato normativo infralegal reajustasse o valor da taxa de acordo com a variação dos custos de operação e dos investimentos no Siscomex. Nesse sentido: RE 1.095.001/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 25.5.2018; AgRg no RE 959.274/SC, Rel. Min. Rosa Weber, Rel. p/acórdão Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 13.10.2017; ARE 1.115.340/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 17.10.2018.

4. **A matéria se reveste de nítido caráter constitucional, como reconhecido em recentes julgados do STJ: AgInt no REsp 1.737.311/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.12.2018; AgInt no REsp 1.738.429/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23.11.2018.**

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.803.405/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Mandado de Segurança.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

